



ANGOLA

## Apoio internacional a Luanda não diminui ofensiva da Unita

A última resolução do Conselho de Segurança da ONU, em 12 de junho, condena a Unita por ter violado os Acordos de Bicesse e se recusado a assinar o "protocolo" de Abidjan e se congratula com a abertura manifestada pelo governo angolano. O Conselho rejeitou a pretensão da Unita de negociar o cessar-fogo "com base na situação [militar] no terreno".

A condenação explícita da Unita foi uma vitória diplomática de três membros do Conselho de Segurança: Brasil, Espanha e Rússia.

A missão da ONU em Angola foi prorrogada até 15 de julho mas só haverá intervenção dos capacetes azuis quando se comprovar progressos significativos no processo de paz.

A Unita reagiu à resolução, afirmando que o movimento "não aceitará nunca uma resolução imposta por quem quer que seja" e que "não negociará sob pressão". A sua ala mais radical só admite conversar quando o movimento rebelde controlar 85% do território angolano (atualmente está com perto de 80%, o que corresponde a pouco mais de metade da população). Então, "Luanda será obrigada a conversar a sério, com ou sem apoio dos observadores", comentou a mesma fonte.

No terreno militar, as forças governamentais, além da nova perda do Soyo e de N'Dalatando, sofrem o cerco dos rebeldes em várias capitais de província, como Luena, Malange e Caxito, esta perto de Luanda. Uma delegação das forças governamentais, dirigida pelo seu chefe do Estado Maior, general João de Matos, esteve em Lisboa solicitando ajuda na formação militar (comandos, paraquedistas, unidades especiais de desembarque etc.). O Ministério da Defesa português confirma a possibilidade de "formação de quadros militares

e técnicos e na estruturação de um sistema logístico", projeto que envolverá o deslocamento para Luanda de 50 oficiais portugueses.

A propósito: Angola e os demais países africanos de língua portuguesa estão incluídos no núcleo principal das prioridades estratégicas de Portugal, como foi recentemente confirmado num debate na Assembleia da República.

### Ameaça ao petróleo

Um incêndio provocado pela Unita num reservatório de petróleo on-shore no Soyo e pertencente à Texaco constituiu o primeiro ataque direto dos rebeldes a uma empresa americana. "Não sabem com quem estão brincando", disse ao *Expresso* uma fonte diplomática americana em Luanda.

A ocupação do Soyo pela Unita tem tido até agora pouco impacto na produção petrolífera angolana, de cerca de 525 mil barris diários. Os danos afetaram a produção on-shore do Soyo, paralisando o fluxo de 25 mil barris/dia da empresa belga Petrofina.

A produção off-shore da Texaco (65 mil barris) e da francesa Elf Aquitaine (160 mil barris) está sendo bombeada para tanques flutuantes e daí para os petroleiros. A Cabinda Gulf Oil, subsidiária da americana Chevron, é responsável pela produção off-shore de 310 mil barris no enclave de Cabinda, área não ocupada pela Unita.

### Luanda reata com Pretória

Reunidos em Windhoek (Namíbia), os ministros dos Negócios Estrangeiros da Angola, Venâncio de Moura, e da África

do Sul, "Pik" Botha, anunciaram no dia 6 de junho a criação de embaixadas nos dois países, o que praticamente implica o reconhecimento de cada um dos governos pelo outro, após 17 anos de total antagonismo, incluindo o militar. Pretória abandonou finalmente a Unita, seu aliado "na luta contra o comunismo", apesar das declarações do general João de Matos de que "vários setores" sul-africanos ainda continuam apoiando militarmente Savimbi.

Entre as vantagens obtidas por Pretória estariam a participação do grupo sul-africano Enzen na exploração off-shore do petróleo de Cabinda, a entrada no mercado da grande empreiteira LTA e a retomada pela De Beers do monopólio na comercialização dos diamantes angolanos. Tudo isso em troca do definitivo bloqueio pelo governo sul-africano da atividade dos "diversos setores" que ainda apoiam a Unita.

O governo de Pretória exortou a Unita a não prosseguir na destruição das infra-estruturas de Angola e a aceitar que os Acordos de Bicesse, de maio de 1991, continuem a constituir o único quadro válido para a restauração da paz no país. Aliás, desde esses acordos de paz dezenas de empresários sul-africanos vêm se deslocando a Luanda para vendas de manufaturados e comprar petróleo.

O ministro "Pik" Botha defendeu a ideia de que os países da África Austral podem viver sem depender de recursos da Europa e das demais potências, desde que apostem na cooperação regional. Sob a liderança de Pretória, naturalmente.

José Maria Nunes Pereira

### NESTA EDIÇÃO

#### CABO VERDE

- Em busca das privatizações (Pág. 2)
- Empresários em Cabo Verde (Pág. 13)
- Veiga contorna crise (Pág. 13)
- O general Barros (Pág. 14)

#### MOÇAMBIQUE

- Sobe o preço da paz (Pág. 3)
- Novo calendário da paz (Pág. 3)

#### PALOP

- A instável cooperação africana (Pág. 4)
- Os Palop em números (Pág. 5)

#### ÁFRICA DO SUL

- Acordo à vista sobre as eleições (Pág. 5)

#### ANGOLA

- Pior que antes de Bicesse (Pág. 6)
- Receia-se invasão de Cabinda (Pág. 7)
- O salto do bispo Moisés (Pág. 7)
- Condenar ou não a Unita (Pág. 8)
- A fome, a guerra e o petróleo (Pág. 8)
- Unita desapontada com ONU (Pág. 9)
- Normalização Luanda-Pretória (Pág. 9)

- Unita diz controlar 80% do território (Pág. 9)
- Cessar-fogo é imperioso (Pág. 9)
- Quase 200 mil a caminho da morte (Pág. 10)
- Luanda quer Portugal no comando (Pág. 10)
- Angola conta espingardas (Pág. 11)
- Cruz Vermelha chegou ao Huambo (Pág. 12)
- Angola quer tudo de Portugal (Pág. 12)
- Luanda e Pretória trocam embaixadas (Pág. 12)

## ANGOLA

## Delegação político-cultural angolana visita o Brasil em busca de solidariedade

Está em visita ao Brasil até o final de junho uma comitiva oficial angolana participando da Semana da Amizade, uma série de eventos políticos e culturais que estão sendo realizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A parte política da delegação é formada pelo embaixador junto ao Reino Unido, Antônio da Costa Fernandes, e pelo representante de Angola na Bélgica e na Comunidade Econômica Européia, embaixador Adriano Parreira. Eles estão debatendo a atual situação de guerra provocada pela Unita em Angola, em sessões realizadas em instituições legislativas e universitárias dos dois estados brasileiros. A parte cultural consta, sobretudo, de *shows* de artistas angolanos e brasileiros, visando obter fundos para ajudar as vítimas da guerra.

O embaixador Antônio da Costa Fernandes foi general da Unita e seu secretário para as Relações Exteriores até que rompeu com Savimbi, em fevereiro de 1992, junto com o número dois desse movimento, o general N'Zau Purna. Ambos formaram então uma dissidência, o Grupo de Reflexão

Democrática, que mais tarde se incorporou ao Fórum Democrático Angolano.

A trajetória de Costa Fernandes está bastante ligada à história da independência angolana. Ele foi membro da FNLA até 1964, mas rompeu, juntamente com Savimbi, suas ligações com essa facção para, ainda com Savimbi, fundar a Unita em 1966, tendo se ocupado da busca de apoio para o seu movimento na África Oriental e no Egito. Após anos de atuação militar, foi representante da Unita em Londres e, posteriormente, seu *ministro* das Relações Exteriores. Depois das eleições em Angola e do recurso da Unita à rebelião armada, Costa Fernandes aceitou sua nomeação pelo presidente José Eduardo dos Santos para ser embaixador do governo angolano em Londres.

O embaixador Adriano Parreira é doutor em antropologia, tendo iniciado seus estudos na Universidade de Upsala (Suécia). Foi pesquisador associado no CNAS (França) e na Universidade Johns Hopkins (Estados Unidos) e lecionava na Universidade Nova de

Lisboa quando regressou a Angola para dirigir o Partido Angolano Independente. Quando da formação de um governo de unidade nacional, foi nomeado embaixador pelo presidente Dos Santos.

Acompanhados do cônsul geral de Angola no Rio de Janeiro, Ismael Diogo da Silva, os embaixadores realizaram debates na Assembléia Legislativa e Câmara Municipal de São Paulo e participaram de uma mesa-redonda na USP, no dia 8 de junho, presidida pelo professor Fernando Mourão, diretor do Centro de Estudos Africanos.

A tônica dos debates incidiu nos esforços de paz realizados pelo governo de Luanda, legitimado pelas eleições e apoiado nas negociações por setores da oposição, da qual fazem parte os partidos a que pertencem os embaixadores presentes. Incidiu também sobre a ação militarista da Unita, que tem sido condenada em todos os fóruns internacionais. Foi ainda comentada a atuação muito positiva do Itamaraty, inclusive no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. (JMNP)

## Empresários portugueses em Cabo Verde Em busca das privatizações

PÚBLICO, 5.6.93

A PROMOÇÃO do investimento português em Cabo Verde é o objectivo da primeira Feira Internacional de Cabo Verde, que ocorrerá entre 19 e 27 de Junho. Ao mesmo tempo, aquele arquipélago será visitado por uma missão empresarial portuguesa, para a qual estão inscritas cerca de 50 empresas.

Ambas as iniciativas são organizadas pelo Governo daquele arquipélago e pela Associação Industrial Portuguesa. De acordo com Carvalho Pereira, director do Centro de Competência Técnica da AIP, as "recentes medidas tomadas pelo Governo cabo-verdiano no sentido de promover o desenvolvimento do sector privado e captar o investimento estrangeiro reactivaram o interesse dos empresários portugueses para as oportunidades de negócios que estas venham a proporcionar".

Entre as empresas portuguesas que se deslocarão àquele país africano, contam-se empresas dos sectores de metalomecânica, mobiliário, turismo, telecomunicações, produtos alimentares e informática.

O investimento português em Cabo Verde totaliza actualmente uma verba de 500 mil contos e tem registado grandes oscilações ao longo dos últimos anos. Assim, em 1987 foram investidos 49 mil contos; nos dois anos seguintes, a verba diminuiu para 10 e 14 mil contos, respectivamente; para, logo em 1990, subir para os 106 mil contos; e atingir, em 1991, os 222 mil contos; já, no ano passado, a tendência seria alterada, com uma diminuição do investimento para os 22 mil contos. De acordo com investidores nacionais, a "dimensão do investimento português em Cabo Verde reflecte

as dificuldades com que os empresários têm deparado para a sua concretização".

Este panorama poderá começar a alterar-se este ano. O Governo do arquipélago definiu o que considera que são áreas centrais do desenvolvimento do sector privado no país: os transportes marítimos, as pescas, a agricultura, a pecuária, a hotelaria, o turismo, a banca, os seguros, as confecções, os materiais de construção, a construção civil, a reparação automóvel, a metalomecânica, a moagem, as cervejas e as tintas e vernizes.

Daf que tenham sido já divulgados os nomes de algumas das empresas a privatizar. Este ano, o executivo cabo-verdiano quer vender as participações que tem na Cabtur (turismo), Sita (tintas), Moave (moagens) e Macobil (materiais de construção) e privatizar a Arcaverde

(navegação), ANV (viagens), CTT, TACV (transportes aéreos), Justino Lopes (agro-indústria), Enavi (agro-pecuária), Hotelmar (hotelaria) e Garantia (seguros).

Para algumas destas empresas há portugueses interessados, que já apresentaram projectos para os sectores de turismo, confecções, calçado, pescas, metalomecânica, materiais de construção, tintas e detergentes. O investimento português no arquipélago poderá, assim, crescer de forma significativa, de mais a mais quando pode receber incentivos do Governo no âmbito do programa de apoio à internacionalização das empresas. Por outro lado, as medidas que o Governo de Cabo Verde aprovou, de simplificação do processo de autorização do investimento estrangeiro, com uma redução do processo de autorização, cujo tempo foi fixado em 45 dias, poderão dar um novo estímulo ao incremento da presença de empresas naquele país africano. ■

João Seabra

# SOBE O PREÇO DA PAZ

**A RENAMO exige para si um fundo de apoio dez vezes superior ao estabelecido no Trust Fund dos Partidos. A troco da paz...**

● TERESA LIMA em Maputo

SÁBADO, 4-10-93

A barreira dos "problemas logísticos" parecia definitivamente ultrapassada. Aldo Ajello, na sua conferência de imprensa das sextas-feiras, ao anunciar, triunfante, que os dinheiros de uma fatia importante do Trust Fund tinham sido já garantidos, queria dizer que a máquina da paz poderia brevemente começar a rolar. Alojamento para a RENAMO também já não constituía problema: a disponibilização do Hotel Cardoso - um dos melhores da capital - como solução provisória de acomodação para os representantes de Afonso Dhlakama - abafava, pelo menos por uns tempos, a querela das casas. O Acordo Operacional Básico tinha sido assinado entre as Nações Unidas e o Governo, abrindo portas para uma maior mobilidade em território moçambicano do pessoal da ONUMOZ.

Actuando como uma terapia de choque, Raul Domingos, o chefe da representação da RENAMO na Comissão de Supervisão e Controle, CSC, ao chegar a Maputo ao fim de três meses de refúgio em Maringué, anunciou que a paz tinha um novo preço: 100 milhões de dólares. E disse mais. Que "só pode haver paz se houver equilíbrio entre as forças",

daí a necessidade dos 100 milhões de dólares para a RENAMO "ir às eleições em pé de igualdade" com a FRELIMO. A Sábado pediu ao representante especial de Butros Ghali em Moçambique, para comentar esta nova exigência da RENAMO, ao que Aldo Ajello retorquiu em tom jocoso: "Eu também precisava de um bilião para trabalhar melhor"...

Aldo Ajello deu a entender que não haverá mais discussões em torno dos quantitativos do Trust Fund, que totalizam 30 milhões de dólares para apoiar as várias formações partidárias, dos quais 10 milhões de dólares serão exclusivamente para possibilitar à Renamo a sua transformação de organização militar em partido político. A Renamo terá portanto de desenvolver as suas capacidades diplomáticas e outras para, à margem deste fundo fiduciário, angariar os excedentes que diz necessitar. Este um dos objectivos do périplo de Afonso Dhlakama a vários países europeus. O líder da RENAMO, disse, no entanto, na Holanda, que a soma apresentada por Raul Domingos "era um pouco exagerada", deixando ficar no ar algumas interrogações. Se o seu chefe negocial age por conta própria ou se o impacto da nova exigência o terá levado a dar passos mais cautelosos, numa tentativa de esbater a imagem que a Renamo está cada vez mais

a sublinhar: a de um movimento que à custa das armas tem agora poder para exigir tudo para benefício próprio.

A publicação independente moçambicana Media Fax sugeria numa das suas últimas edições que as declarações de Raul Domingos poderiam ser vistas assim por um cartoonista: a RENAMO com uma arma apontada ao mapa de Moçambique e com a seguinte legenda "Alô comunidade internacional, ou nos dá 100 milhões ou continuo a disparar. Resposta hipotética da comunidade internacional: "dispara à vontade. Quando já não houver moçambicanos nós vamos aí ocupar a vossa terra."

Esta "técnica" da RENAMO está a provocar situações incríveis que não podem, todavia, ser encaradas de forma leviana. O líder de um dos partidos emergentes, o Partido Federal de Moçambique (PAFEMO), veio a público, a semana passada, em Chimoió, província de Manica, anunciar que possuía um exército de dois mil homens para lutar pelo federalismo em Moçambique. Para Janeiro Pordina, neste País as coisas só se conseguem pelo poder das armas. Na sequência destas declarações, Pordina foi suspenso do seu cargo. Isto não impediu que um numeroso grupo de moradores da cidade de Chimoió protestassem junto à sua casa levando a que a polícia local o colocasse sob protecção. Para muitos o "caso Pordina" é visto como uma "brincadeira de mau gosto" a precisar de tratamento médico e não policial. Contudo, casos destes são sintomáticos da saúde política do país.

O Governo e o partido no poder continuam, entretanto, remetidos ao seu permanente silêncio. Raras são as vezes que polémicas nacionais e acusações tanto dos partidos em geral como da própria sociedade civil, incluindo dos media, obtêm resposta. "Os cães ladram e a caravana passa" parece ser a estratégia do partido no poder. □

## Novo calendário da paz

PÚBLICO, 5.6.93

AS NAÇÕES Unidas confirmaram que as primeiras eleições presidenciais e legislativas em Moçambique só deverão realizar-se na segunda quinzena de Outubro de 1994, um ano depois da data prevista no Acordo Geral de Paz, que há oito meses foi assinado em Roma.

Segundo um novo calendário proposto pela operação da ONU (Onuzoz), e ontem publicado pelo boletim "MediaFAX", de Maputo, formar-se nas próximas semanas a Comissão Conjunta das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, inicia-se a des-

mobilização das tropas da Frelimo e da Renamo, aprova-se um plano nacional de desminagem das estradas e caminhos, reconhecem-se as áreas de acantonamento dos cerca de 100 mil homens armados existentes no país e criam-se as infra-estruturas logísticas para todo um processo que deveria estar em curso desde o início deste ano.

Em Julho, abrem-se as primeiras áreas de acantonamento e aprovam-se as estruturas das futuras Forças Armadas, que terão um total de 30 mil homens. Em Setem-

bro desmobilizam-se os primeiros soldados dos dois lados, abrem-se centros de treino para os militares das novas forças unificadas e acaba-se com todas as unidades paramilitares, milícias e demais forças irregulares ainda existentes em Moçambique.

Em Dezembro próximo, deverão ser graduados os primeiros militares treinados conjuntamente, por instrutores portugueses, britânicos e franceses. E, de Abril a Junho de 94, será feito o registo eleitoral, para que, de 1 de Setembro a 14 de Outubro, possa decorrer a campanha. ■



# A instável cooperação africana

PÚBLICO, 3.6.93

Isabel Salema

*Nas próximas semanas, vão abrir as candidaturas para as bolsas a atribuir aos PALOP na área da formação avançada. Trata-se de um programa especial da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia que financia o primeiro ano de bolsas de mestrado e doutoramento. Uma vez em Portugal, cabe aos bolseiros conseguir outros financiamentos para prosseguir a sua formação. Mas na cooperação com África há também histórias de investigação à espera de paz.*

**S**ão mais de noventa os projectos científicos existentes actualmente em Portugal no âmbito da cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Pelo lado português, estes projectos têm como parceiros a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e o Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT). Estas informações constam de um memorando do gabinete do ministro do Planeamento, Valente de Oliveira — responsável pela tutela da investigação —, onde se faz o levantamento da cooperação com os países africanos de língua portuguesa.

O conjunto de acções referidas no memorando permite constatar a existência de alguma cooperação, mas de forma

nenhuma permite confirmar a afirmação — constante no mesmo documento — de que “a cooperação do nosso país com os Estados das regiões tropicais e, designadamente, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, seja “uma das grandes prioridades da política científica e tecnológica do governo português”.

Trinta e oito dos projectos de cooperação que passam pelo ICT dizem respeito a Cabo Verde, 23 a Angola, 16 a Moçambique, cinco à Guiné-Bissau e quatro a São Tomé e Príncipe. “Estes são os projectos que estão em curso em 1993. De um modo geral, a maioria dos projectos são na área das ciências agrárias, ciências da terra, da história, da engenharia geográfica”, diz Joaquim Cruz e Silva, presidente do instituto.

Por seu lado, a JNICT contabiliza sete projectos de investigação no âmbito geral, nomeadamente na área da sida e da geologia.

A acção mais recente da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECT) no âmbito da colaboração com os PALOP foi a atribuição de um subsídio de 15 mil contos à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) para formação avançada dos quadros da comunidade lusófona — bolsas de pós-graduação, mestrado e doutoramento. É a segunda vez que este subsídio é atribuído pela SECT, tendo em 1991 sido disponibilizada uma verba idêntica, que foi distribuída por 16 bolsas: quatro para Angola, cinco para Cabo Verde, uma para Moçambique e seis para São Tomé e Príncipe.

Segundo o secretário-geral da AULP, Manuel Coelho da Silva, “estas bolsas de abrir caminho” — como lhes chama — têm como objectivo “criar condições imediatas para que os bolseiros se possam deslocar até Portugal”. “A ideia é permitir que, já em Portugal, os bolseiros consigam com mais facilidade concorrer às bolsas das instituições portuguesas. Mas nenhum dos nossos bolseiros está pendurado. Todos os que a receberam conseguiram continuar os seus estudos.” Este ano, as candidaturas deverão “abrir muito em breve”, ou seja, nas próximas semanas.

Para além deste subsídio,

o documento do Ministério do Planeamento e Administração do Território nomeia também quatro acções na área da formação, directamente apoiadas pela SECT, como os cursos de informática promovidos em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe.

## À espera da paz em Angola

Uma das dificuldades da cooperação com os PALOP, segundo a experiência do ICT, tem sido a instabilidade política sentida em África, principalmente em Angola e Moçambique.

Em Angola, por exemplo, o instituto tem quase completa uma carta de solos para todo o território. “Um território 14 vezes maior que Portugal”, ressalta Cruz e Silva, “em que os percursos úteis realizados pelas missões, desde a altura em que já estavam instaladas em Angola até aos locais onde foram feitas as sondagens, ultrapassaram o comprimento do Equador”, continua.

“Mas faltam ainda três por cento do território, que não conseguimos fazer por questões de segurança. É na zona do Cuanza Norte”, acrescenta. Logo que haja paz, o ICT diz que há muitos projectos em carteira, como a definição das fronteiras com a Namíbia.

Actualmente, a divisão é feita através do rio Cunene, cujo curso não é definido, sendo necessário proceder à colocação de marcos geodésicos. A maioria destes marcos estão agora cobertos pela vegetação, como aconteceu há cerca de dez anos na fronteira de Angola (Cabinda) com o Zaire, provocando um contencioso devido à existência de petróleo no subsolo. “Os marcos geodésicos são implantados para definir do ponto de vista geográfico as coordenadas no terreno, com base em cálculos matemáticos.”

Neste momento, porém, o instituto já trabalha no domínio da geodesia espacial, recorrendo à ajuda de satélites. Em relação ao território moçambicano, por exemplo, cuja carta geodésica foi iniciada no princípio do século — “onde as triangulações se faziam a partir de

árvores muito altas” —, a geodesia espacial começou agora a ser utilizada: “O ICT vai recorrer aos dados que foram recolhidos desde o início do século, actualizando-os agora através da geodesia espacial.”

Cruz e Silva faz questão de sublinhar que, “de um modo geral, a cooperação tem corrido de uma forma bastante positiva, excedendo expectativas”, ainda que as condições por vezes não permitam explorar devidamente todas as potencialidades. Como acontece na Guiné-Bissau, onde um projecto de investigação parou devido à falta de um pára-brisas para reparar o jipe que o instituto aí possui. Ou noutras regiões, onde a falta de pneus para as sondas geológicas paralisou a recolha de material a profundidades muito elevadas.

Para além destas missões de serviço, que obrigam a deslocações aos PALOP, existe ainda o papel formativo do ICT, que se eleva a uma centena de programas por ano e que inclui também a formação “in loco”, através do apoio às instituições de ensino superior. No caso da formação “in loco”, Cruz e Silva, inclui, por exemplo, a realização em Cabo Verde de um curso de geografia na Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário. Nesta centena de programas formativos por ano, estão também incluídos os estágios de curta, média e longa duração para investigadores e técnicos dos PALOP em Portugal ou ainda a orientação de mestradados e doutoramentos.

Até ao final do ano, deverá também estar concluída a construção do edifício que irá abrigar o Centro de Investigação Agrária Tropical, na Tapada da Ajuda, em Lisboa. Com um financiamento na ordem dos 400 mil contos, onde também está incluído o equipamento, este centro vai juntar oito docentes e investigadores da Secção Autónoma de Agronomia Tropical do Instituto Superior de Agronomia e cerca de 50 investigadores do ICT. Segundo João Pedro Bengala Freire, do Instituto Superior de Agronomia, as verbas para financiar este centro provêm do programa Ciência, da SECT; e do Prodep, do Ministério da Educação. ■



# Acordo à vista sobre data das eleições

PÚBLICO, 3.6.93

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) e o Governo de Pretória "estão muito próximos de um acordo" sobre a data das primeiras eleições multiraciais na África do Sul, revelou ontem Nelson Mandela, após mais um encontro com o Presidente Frederik De Klerk.

Reunidos na Cidade do Cabo, discutiram questões constitucionais e, no final, o líder do ANC exprimiu a sua satisfação em poucas palavras: "Progredimos muito a este respeito".

Um desanuviamiento era, de certa maneira, esperado depois de o ANC ter feito, na terça-feira, uma importante concessão que poderá desbloquear o impasse de 18 meses de negociações intermitentes. A maior organização política dos negros sul-africanos propôs que os 26 partidos envolvidos no processo negocial apresentem um projecto de Constituição. A ideia agradou ao Governo, mas outros parceiros pediram tempo para apreciar a proposta.

O Congresso Nacional Africano insistia anteriormente que o projecto de Constituição deveria ser redigido pela assembleia que resultará das eleições multi-

raciais, previstas para o início de 1994.

O principal negociador do ANC, o secretário-geral Cyril Ramaphosa, justificou a concessão do seu movimento, salientando que a África do Sul não suporta mais adiamentos na transição para a democracia. "É um passo na direcção certa", exclamou o representante do Governo de Pretória, Roelf Meyer.

## Winnie celebra

Quem ontem teve razões para celebrar foi Winnie Mandela, a ex-mulher do líder do ANC, que não terá de cumprir os seis anos de prisão a que foi condenada, sob acusações de rapto e agressão, depois de o Supremo Tribunal de Bloemfontein ter convertido a sentença numa multa de alguns milhares de randes.

O caso reporta-se ao rapto de quatro rapazes negros no Soweto, em Dezembro de 1988, e à morte de um deles, Shompie Seipei, de 14 anos. Em Maio de 1991, Winnie foi incriminada e condenada a cinco anos de cadeia pelo rapto, e a um ano por agressões infligidas aos jovens na sua residência no Soweto. Ela clamava inocência.

Ontem, quatro juizes do Tribunal de Bloemfontein, a mais alta instância judicial sul-africana, confirmaram a

culpa de Winnie no rapto dos jovens, mas substituíram os cinco anos de prisão por uma multa de 15 mil randes (mais de 750 contos). Ilibaram-na da acusação de agressões, mas terá de pagar ainda uma indemnização de cinco mil randes (cerca de 200 contos) a cada um dos três queixosos sobreviventes.

Ausente do tribunal, que apresentou o seu parecer num documento de 192 páginas, Winnie recebeu a notícia com júbilo num escritório em Joanesburgo. Acompanhada da filha Zinzi, a "mãe da nação", como era venerada antes de se tornar o "anjo caído" do ANC, festejou com champanhe e sumo de laranja. Distribuiu sorrisos e fez muitos telefonemas aos amigos, mas não falou aos jornalistas.

Para o divorciado Nelson Mandela, foi um alívio a decisão do tribunal: "Estou muito feliz por a minha ex-mulher não ir para a prisão".

Observadores em Joanesburgo dizem que os magistrados cederam claramente às pressões políticas que rodearam o julgamento, lembrando que o código penal da África do Sul prevê a pena de morte para o crime de rapto.

Havia ainda a agravante de Winnie ter sido acusada pelo juiz Michael Stegmann de "mentir repetidamente de forma deliberada".

## Juizes evitaram protestos violentos

Analistas políticos citados pela Reuter salientaram que os juizes terão evitado violentas manifestações de protesto nos voláteis bairros negros, que poderiam pôr em perigo as negociações para uma África do Sul democrática.

Embora, em 1992, se tenha demitido do seu principal cargo no ANC, o de directora de departamento de assistência social, curiosamente assumido no ano em que foi acusada do sequestro dos quatro rapazes, Winnie não desistiu de ser uma decidida activista política.

Ela acusa a liderança do movimento de se ter distanciado das bases e tem aparecido em público frequentes vezes na companhia de dois radicais.

Os seus companheiros preferidos são agora Peter Mukaba, líder da juventude do Congresso Nacional Africano, contestado pelos brancos pela sua palavra de ordem "Matem o Boer", e Harry Gwala, um dirigente marxista na turbulenta província do Natal. ■

## OS PALOP EM NÚMEROS

PÚBLICO, 6.6.93

■ Em termos comparativos — e nos casos em que há dados —, a taxa de natalidade infantil diminuiu grandemente dos anos 60 para os anos 90 nas ex-colónias portuguesas, passando de 110 para 44 para cada mil nados vivos em Cabo Verde, de 190 para 149 em Moçambique, de 208 para 128 em Angola e de 201 para 143 mortes por nados vivos na Guiné-Bissau. Em contrapartida, a mortalidade infantil passou de 88 para 96 em Cabo Verde, de 71 para 72 em Moçambique, de 70 para 73 em Angola e de 71 para 77 na Guiné-Bissau. No mesmo período de 30 anos, a esperança de vida passou de 75 para 90 anos em Cabo Verde, de 54 para 64 anos em Moçambique, de 48 para 61 anos em Angola e de 49 para 57 anos na Guiné-Bissau. Por outro lado, decresceu ainda a fertilidade entre 1965 e 1990, de 44 para 30 em Moçambique e 47 para 30 em Angola.

A mortalidade materna é inferior à média dos países pobres em Cabo Verde, com 200 mortes por 100 mil nados vivos, mas muito superior na Guiné-Bissau, com mil mortes, ou em Moçambique e em Angola, com 800 e 900 respectivamente.

Angola é o país que menos crianças vacina no primeiro ano de vida, com 33 por cento, e Cabo Verde tem a maior cobertura, com 80 por cento das crianças vacinadas.

■ Angola e Moçambique, os únicos países de que há dados, aplicam na saúde menos de dois por cento dos seus PIB, que, de 1960 para 1990, desceu em termos reais de 17 para sete dólares "per capita" em Moçambique e de 19 para seis em Angola, não se encontrando disponíveis dados para os outros três PALOP.

■ Os vários PALOP receberam em 1991 ajuda oficial ao desenvolvimento, com uma parcela de 48 milhões de dólares para S. Tomé e Príncipe, mas 1022 milhões para Moçambique, o principal beneficiário dos esforços multilaterais de auxílio. Os outros PALOP receberam no total menos de 500 milhões de dólares. Não há dados sobre o volume de despesas militares nos vários PALOP, mas elas representam 20 por cento e 60 por cento das importações em 1990 em Angola. Entre 1987 e 1991, Angola importou 721 milhões de dólares em armas. Em 1977, Moçambique gastou em defesa o equivalente a 132 por cento das suas

despesas combinadas em saúde e educação.

■ Os camponeses são a esmagadora maioria das populações das ex-colónias, com 67 por cento para S. Tomé e Príncipe e até 80 por cento na Guiné-Bissau.

Segundo as perspectivas, Cabo Verde deverá ter 36 por cento da sua população em áreas urbanas no fim deste século, menos do que duplicando o valor de 1960 e tendo em conta que deverá mais do que duplicar entretanto a população global. Em contrapartida, Moçambique tinha quatro por cento da população urbanizada em 1960 e deverá ter 41 por cento no ano 2000, contra os 36 por cento em Angola. Moçambique, com 7,5 milhões de pessoas em 1960, deverá ter 19,4 milhões de habitantes no ano 2000 e Angola passará de 4,8 em 1960 para 13,1 milhões de habitantes. A Guiné-Bissau deverá ter um quarto da sua população em cidades no ano 2000, contra os 14 por cento em 1960, e passará de 0,5 para 1,2 milhões de pessoas. Um terço dos habitantes de S. Tomé vive presentemente em áreas urbanas e a sua população não apresenta variações nos 40 anos em análise.

# Pior que antes de Bicesse

PÚBLICO, 31 5 93

Jorge Heitor

*Dois anos depois dos Acordos de Paz, assinados em 31 de Maio de 1991, Angola não regressou ao passado. Vive, pelo contrário, uma situação ainda mais trágica do que a que precedeu Bicesse. Desde o recomeço das hostilidades, em Outubro passado, além da esperança, terá morrido mais gente que na década anterior. De Angola, continuam a chegar notícias de combates. Do exterior, novas da impotência da comunidade internacional para resolver o conflito. Se a última esperança de resolução pacífica se desvanecer, restam os piores cenários. Aguardar que uma das partes esmague a outra? Uma indeterminada continuação da guerra? A divisão do país? Onde falhou ou como deirapou o processo de paz?*

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se amanhã a fim de votar uma resolução sobre o futuro das actividades da organização em Angola, onde a acção da UNITA não deixa de aumentar, sendo bem sentida desde a foz do rio Zaire às terras onde a província da Huíla conflui com as do Cunene e do Cuando Cubango.

A continuação da Unavem II até ao fim de Julho é em princípio o resultado provável dos debates no Conselho de Segurança, a fim de dar cerca de dois meses aos beligerantes para reconsiderarem desconfianças passadas e começarem enfim a falar a sério nos contornos da paz.

Nos dias imediatos deverá decorrer em Genebra uma conferência internacional sobre a atribuição de verbas para toda a acção humanitária que há a fazer em Angola, onde pelo menos dois milhões de pessoas correm o risco de vir a morrer à fome, em situações equiparáveis às que nos últimos anos já se viveram na Etiópia, na Somália e em Moçambique.

Depois, daqui a uma se-

mana, deverá ser a conferência a efectuar em Washington pelos três observadores do processo angolano: Estados Unidos, Portugal e Rússia. De modo a dar aplicação prática aos princípios que vierem a ser estipulados pelo Conselho de Segurança; e a delinear novas estratégias para tentar uma vez mais salvar o espírito dos acordos de Bicesse.

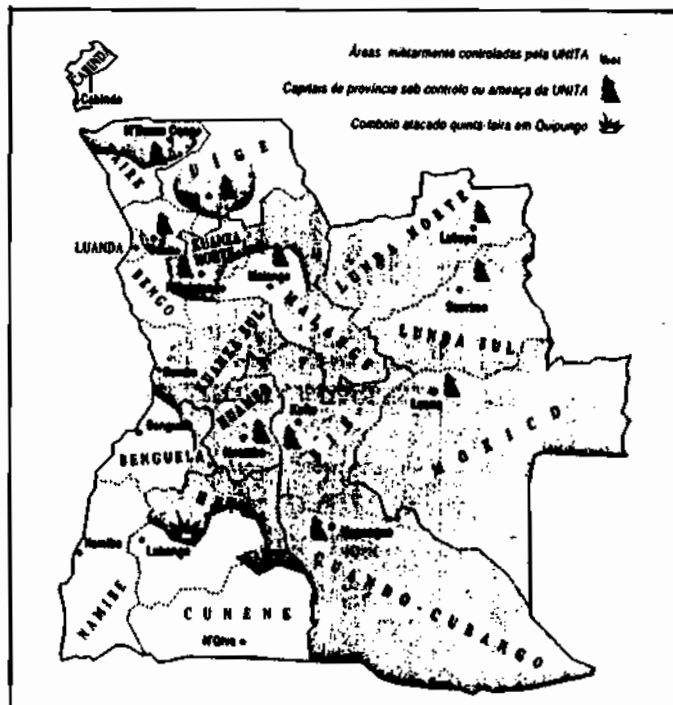
Entretanto, porém, a guerra intensificou-se nos últimos dias, só as províncias de Cabinda, Luanda e Namibe parecendo um pouco à margem dos confrontos entre os homens do MPLA e os da UNITA, sendo a acção destes últimos sentida em três quartos do território angolano. Se bem que a parte governamental ainda continue a assegurar, mesmo que de forma débil, o controlo da maior parte das capitais provinciais, algumas delas cercadas desde há meses pelos homens de Jonas Savimbi.

A Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) reivindicou ontem para a UNITA a autoria do ataque a um comboio de passageiros que na quinta-feira circulava por alturas de Quipungo, na linha de Lubango para a Matala, na província da Huíla. E disse que na altura o partido abateu 50 soldados e capturou grande quantidade de material militar, que lhe permitirá continuar uma guerra que só nos últimos oito meses já teriam causado perto de 30.000 vítimas.

Por seu turno, o governador daquela província, Dumilde Rangel, afirmou à agência Lusa que o ataque fez 105 mortos e 145 feridos, na sua maioria em estado grave. Mas não comentou as alegações adversárias de que se tratava de uma composição com soldados e equipamento militar, para combate à UNITA nas terras da Huíla.

No início da semana o grupo de Savimbi assumira o controlo da região petrolífera do Soyo, que fica no Noroeste da província do Zaire e é um prolongamento do lençol de petróleo de Cabinda, constituindo assim fatia significativa da economia angolana. Tal como as zonas de exploração diamantífera das Lundas, também elas hoje em dia dominadas pela UNITA, que do outro lado da fronteira conta com a amizade do inamovível Presidente Mobutu.

Durante os últimos sete



dias, o partido armado que não se conformou com a sua derrota nas legislativas de Setembro atacou também no Dondo (fronteira da província do Cuanza Norte com a do Bengo) e na região entre o Cubal e a Ganda, na província de Benguela, não se tendo verificado grandes perspectivas de a parte governamental recuperar terreno. Apesar de notícias de que a sua aviação estaria a bombardear a rede defensiva da cidade do Huambo.

## Presidente cancela viagem

A gravidade da situação militar levou mesmo a que o Presidente José Eduardo dos Santos não se atrevesse sequer a deixar o país, tendo por isso cancelado uma prevista deslocação a Libreville, capital do Gabão, onde decorreu uma conferência afro-

americana a que estiveram presentes muitos Chefes de Estado.

No dia 21, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben Ben", dissera à Vorgan que a situação de Angola depende das acções militares dos seus homens e não daquilo que for negociado entre diplomatas: "Não é o reconhecimento norte-americano que altera a catastrófica situação no nosso país, ou vai permitir ao MPLA ter uma posição dominante".

Por isso mesmo, é de admitir que durante uns dias ou semanas mais a guerra continue bem encarniçada do Norte ao Sul de Angola, designadamente em províncias como Uíge, Malanje, Bié, Huíla e, até mesmo, Cunene, onde o partido de Savimbi alega que os governamentais estão agora a ser apoiados por soldados da vizinha Namíbia. ■

FAÇA JÁ  
SUA ASSINATURA

LIGUE  
531-2000  
R. 259



Angola em guerra total

PÚBLICO, 3.6.93

# Receia-se invasão de Cabinda

O REGIME angolano, acoitado por todos os lados, acusou ontem o Zaire de ter concentrado seis batalhões ao longo da fronteira com Cabinda; e deteve dois colaboradores do embaixador zaireense em Luanda, considerados culpados de terem em seu poder "documentos secretos", bem como diamantes.

O "Jornal de Angola", oficioso, disse que as Forças Armadas daquele país vizinho admitem uma intervenção em Cabinda, uma das raras províncias angolanas onde actualmente a administração presidida por José Eduardo dos Santos consegue exercer o seu poder (apesar de estar a tentar uma contra-ofensiva em várias frentes).

Aquela publicação alegou que os batalhões de Mobutu Sese Seko estão acantonados na localidade de Muanda, no Baixo Zaire, e prontos a atacar território cabindense, no qual Angola extrai dois terços do petróleo que é o principal sustentáculo da sua economia.

O jornal afirmou que "algumas unidades" da UNITA estariam igualmente na zona, depois de haverem assegurado na semana passada — pela segunda vez este ano — o controlo da região do Soyo (a sul do rio Zaire), onde se produz o terço restante do petróleo angolano.

No entanto, um responsável da companhia petrolífera Gulf-Chevron desmentiu estar iminente a retirada dos norte-americanos que trabalham em Cabinda. E disse não ter confirmação da concentração de tropas.

Em Paris, o representante da UNITA, Marcelino Sanguede, comentou que o seu partido não tenciona por agora atacar Cabinda, onde além da Gulf também opera a companhia francesa Sonangol. Mas logo acrescentou que naquela província há "centenas de mercenários, designadamente portugueses, que atacam o Soyo e outras localidades do Norte de Angola".

Por seu turno, a Rádio Nacional de Angola anunciou que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, convocou o embaixador do

Zaire, depois de dois colaboradores seus terem sido interceptados no aeroporto de Luanda com "diamantes e documentos secretos".

A produção diamantífera é a segunda do país e faz-se nas províncias de Lunda Norte e Lunda Sul, que se encontram em grande parte sob controlo da UNITA, como aliás mais de metade de todo o território de Angola.

Ontem mesmo, a rádio de Luanda noticiou que dois trabalhadores da Empresa Nacional de Electricidade ficaram gravemente feridos por o carro em que viajavam ter accionado uma mina no caminho entre o Lobito e a central hidro-eléctrica de Biópio, na província de Benguela. E o porta-voz de uma organização humanitária declarou à agência France Presse que o número de vítimas do ataque da semana passada a um comboio que circulava na província da Huíla foi de 355 mortos.

## Ofensiva esmagada

Quanto à emissora da Jamaica, a Vorgan, disse que as forças

da UNITA abateram 25 soldados na província do Cunene, que faz fronteira com a Namíbia. E que também houve nos últimos dias combates em Ucuá (província de Bengo, a uns 115 quilómetros de Luanda) e nas proximidades de Cacuso (província de Malanje).

Aquela estação falou mesmo de ter sido "esmagada" domingo à noite uma ofensiva governamental uma centena de quilómetros a Ocidente de N'dalatando, a capital da província do Cuanza Norte, tendo sido capturados três tanques e dois carros blindados.

A Voz da Resistência do Galo Negro afirmou ainda que o Governo executou o brigadeiro Katueza, que era o comandante militar do Soyo e que teria fugido perante a recente ofensiva da UNITA contra a localidade.

Hoje à noite (hora de Lisboa), o Conselho de Segurança das Nações Unidas deve tomar uma resolução sobre o prorrogamento das actividades da ONU em Angola. E no dia 7 reúnem-se em Washington os observadores do processo angolano: Portugal, EUA e Rússia. ■

Representante da Igreja Metodista de Angola escapou de Malanje

# O salto do bispo Moisés

PÚBLICO, 1.6.93

GUERRA É guerra e toda a gente está sujeita a ser por ela atingida. Moisés Fernandes, 56 anos, é bispo da Igreja Metodista Unida, de Angola, e uma das milhares de vítimas do conflito que se vive no seu país. Felizmente para ele, sem consequências de maior: na madrugada de 24 para 25 de Novembro do ano passado, "um grupo de assaltantes" entrou no 1º andar das instalações da Igreja, em Malanje, e foi subindo, aos tiros, até ao 2º piso, onde Moisés Fernandes se encontrava. "Para escapar, tive que saltar", recorda.

Em consequência, partiu um tornozelo e esfacelou o joelho. "Quando saltei, continuaram a atirar." Escondeu-se atrás de um pilar, valeu-lhe para não ser atingido, apesar de continuarem a disparar. Ainda hoje, enquanto

recorda o episódio, vai passando a mão pelo joelho, objecto de tratamentos médicos de recuperação.

Tudo aconteceu em breves segundos. Logo depois surgiu a polícia, já os assaltantes "tinham fugido". Os primeiros socorros foram prestados ali mesmo e não tardou muito que uma avioneta o levasse para o Hospital Militar de Luanda. Três dias depois, Moisés Fernandes era encaminhado para Lisboa, para poder intensificar o tratamento.

O bispo metodista desconhece se os assaltantes pertenciam a algum grupo político — MPLA? UNITA? — ou se pretendiam apenas aproveitar a situação para arcaçar bens alheios. Tinha regressado na véspera dos Estados Unidos, onde fora participar numa conferência da sua Igreja. Esteve oito dias em Luanda, à espera de transporte para Malanje, que acabou por chegar com a boleia do governador da província.

Malanje era, naqueles dias, uma cidade em guerra, com os dois principais partidos em guerra pela sua posse, perdida que foi a paz à boca das eleições. Já em Junho e Julho do ano passado — a três meses das eleições — a cidade tinha vivido alguns dos mais graves confrontos que opuseram MPLA e UNITA. Depois de Novembro e do reinício da guerra, calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas tenham deixado a província à procura de refúgio em Luanda.

## Conversar até ao consenso

Em Lisboa, Moisés Fernandes espera o dia do regresso, data ainda incerta. Como incerta é a paz: "O meu desejo maior é que haja paz e que as conversações sejam mais firmes". Surpreendido pelo rompimento das conversações de

Abidjan — "deviam continuar até conseguir um consenso" — admite, sem nomear culpados, que "guerra é guerra, não podemos culpar só um ou outro, mas para nós o importante é que haja paz".

Para forçar a paz, o bispo Moisés acha importante o papel das igrejas. Tem falado com o bispo católico de Malanje, Eugénio Salessu, de quem é "muito amigo". Tem havido encontros entre cristãos de diversas confissões "para rezar pela paz", como também intervenções de responsáveis eclesiais a aconselhar o Governo. Admite, contudo, que as intervenções das hierarquias religiosas em Moçambique tinham "mais amplitude".

Quando chegar a Malanje, depois de terminar o tratamento em Lisboa, espera simplesmente "ver como está a andar o trabalho". ■

António Marujo



## Conselho de Segurança reúne-se sobre Angola PÚBLICO, 2.6.93

# Condenar ou não a UNITA?

O CONSELHO de Segurança da ONU reuniu-se ontem em Nova Iorque para discutir a situação em Angola e o futuro do seu próprio papel no processo de paz angolano, tentando ultrapassar as divergências entre os vários países membros quanto à oportunidade de incluir na resolução final uma condenação formal da UNITA.

O Conselho reuniu-se na última sexta-feira para tomar uma decisão sobre a continuidade ou não do mandato da UNAVEM, a equipa de observadores da ONU para Angola, que terminou a 31 de Maio. Mas a reunião teve de ser adiada, por ter sido impossível chegar a um acordo sobre o texto da resolução.

Os membros do Conselho foram unânimes quanto à necessidade de prolongar o mandato da UNAVEM, pelo que essa decisão não esteve sequer em discussão no encontro de ontem. O secretário-geral, Butros Butros-Ghali, propusera ao Conselho o prolongamento por dois meses do mandato, o que

foi aceite, com algumas correcções. Segundo o texto do projecto de resolução, já elaborado, o Conselho prolonga por 45 dias (até 15 de Julho) o actual mandato da UNAVEM, e por mais 15 a partir dessa data (até 31 de Julho) a missão da equipa da ONU, dando a entender que o mandato poderá ser, nessa altura, modificado.

Pontos que também não suscitaram discordância foram a determinação de reforçar a ajuda humanitária e o "papel de mediação e bons ofícios" da ONU, bem como o do representante especial do secretário-geral (que, para já, continua a ser Margaret Anstee) "com o objectivo de se chegar a um acordo de cessar-fogo entre as duas partes".

O que impediu a aprovação foram os pontos da resolução em que, a conselho de Ghali e de Anstee, se faz a condenação da UNITA e a sua responsabilização pelo fracasso das negociações em Abidjan. Segundo o texto que voltou a estar ontem em discussão, a resolução deve

exortar a UNITA a "aceitar sem reservas o resultado das eleições democráticas e cumprir integralmente o estipulado nos acordos de paz". O Conselho deveria ainda, segundo a proposta, "condenar a UNITA pelos seus ataques armados, que resultaram no agravamento das hostilidades, pondo em perigo todo o processo de paz, e exigir a cessação imediata das acções armadas". A UNITA, diz ainda o texto do projecto, a que o PÚBLICO teve acesso, "é responsável pelo fracasso das negociações de paz de Abidjan". Por último, o Conselho de Segurança "felicitava o Governo de Angola pela sua disposição para chegar a um acordo de paz no conflito".

Estes pontos, segundo fontes ligadas à UNITA, são apoiados por alguns membros do Conselho, como o Brasil, a Espanha e a Rússia. Mas há um grupo de países — os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a China, Marrocos — que se opõe, não porque apoie a UNITA, ou os seus actos, mas porque considera que uma to-

mada de posição nesta altura comprometeria as hipóteses de êxito das negociações.

Estas, que ambas as partes esperam poder recomeçar em breve em Abidjan [a UNITA indicou ontem que a sua equipa negociadora já está fora de Angola e pronta para conversações], incidiram apenas sobre o ponto persistente de discordância — a retirada das tropas da UNITA das zonas que ocupou.

Tanto o Governo angolano como os representantes da UNITA esperavam ontem poder falar na reunião do Conselho de Segurança, embora o trabalho mais importante, disse ao PÚBLICO o chefe da missão da UNITA em Nova Iorque, Marcos Samondo, seja "de bastidores", multiplicando os contactos com os vários membros do Conselho e tentando obter o seu apoio.

A hora de fecho desta edição não havia ainda quaisquer resultados da reunião do Conselho de Segurança, prevendo-se mesmo que, dada a dificuldade da discussão, se pudesse prolongar por mais um dia. Marcos Samondo definiu desta forma a actual fase do processo: "O combate foi transferido do Soyo para Nova Iorque". ■

Paulo Moura, em Washington

## ONU em Angola por mais 45 dias

# A fome, a guerra e o petróleo

PÚBLICO, 3.6.93

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas prorrogou ontem por 45 dias o mandato da força de paz em Angola, até 15 de Julho, numa altura em que a luta se intensifica um pouco por todo o país.

A resolução, aprovada por unanimidade, também responsabiliza a UNITA pela ruptura do processo de paz e pelo recente fracasso das conversações em Abidjan, ameaçando "tomar todas as medidas apropriadas" para fazer aplicar o acordo de paz assinado há dois anos.

No entanto, em privado, os diplomatas admitem que a operação de paz tem sido um completo fiasco. Funcionários da ONU disseram que os patrocinadores originais do acordo — Portugal, Estados Unidos e Rússia — pediram pouca intervenção das Nações Unidas, para evitar um recomeço da guerra civil.

A pequena força de paz ficará ainda mais reduzida — 50 observadores militares, 18 polícias, 40 funcionários e 75 quadros locais. A resolução deixa o critério e a calendarização da redução, em cer-

ca de 50 pessoas, à UNAVEM — Missão de Verificação da ONU em Angola.

### Situação militar

A UNITA controla neste momento 75 por cento do território angolano, segundo fontes citadas pela agência Reuter, sendo a situação desesperada do ponto de vista humanitário, com mil angolanos a morrerem de fome por dia, entre os dois milhões afectados.

Mesmo assim, o Governo angolano mostrou-se ontem disposto a respeitar e garantir a segurança do pessoal da ONU envolvido nas operações de distribuição de ajuda alimentar, dizendo esperar que a UNITA adopte idêntica atitude.

Num projecto inter-agências da ONU, com efeitos até Abril do próximo ano, espera-se obter 226 milhões de dólares, dados pela comunidade internacional, para fazer chegar rações diárias de sobrevivência aos 2 milhões de angolanos esfomeados.

A RTP noticiava terça-feira à noite a partir de Luanda que deflagrou um incêndio nos tanques de armazenamento de Kifukuena, perto do Soyo, na ponta mais ao noroeste de Angola, sendo ainda desconhecida a causa do fogo. Ontem, o correspondente da televisão na capital angolana referia outro incêndio, provocado por um ataque da UNITA, num poço de petróleo "onshore" da empresa americana Texaco.

A zona do Soyo foi capturada pela UNITA na semana passada. O incêndio nos tanques, em terra, é visto a partir das plataformas "offshore".

Devido à luta em redor do Soyo, Kifukuena tem estado inoperacional desde Janeiro. Normalmente lida com 25.000 barris diários de petróleo proveniente da produção "onshore" da empresa belga Petrofina e 65.000 da produção "offshore" da Texaco Inc, dos Estados Unidos.

Tratam-se das primeiras informações sobre danificação de instalações no Soyo desde que a UNITA recapturou esta base petrolífera "onshore" a 24 de Maio,

depois de a ter ocupado durante seis semanas entre Janeiro e Março.

A ocupação do Soyo pela UNITA tem tido até agora pouco impacto na produção petrolífera angolana, que ronda os 530.000 barris diários.

A produção "onshore" de 25.000 barris diários da Petrofina parou desde a primeira ocupação da UNITA do Soyo em Janeiro, mas a Texaco tem continuado a produzir "offshore", bombeando directamente o "crude" das plataformas para navios-tanques que aguardam ao largo.

A Elf Aquitaine, francesa, também continua a produzir cerca de 160.000 barris diários no "offshore" do Soyo, bombeando-os directamente para um tanque flutuante e daí para petroleiros.

A Cabinda Gulf Oil Company, subsidiária da americana Chevron Corp. também mantém a extracção de 310.000 barris diários de poços "offshore" no vizinho enclave de Cabinda. ■



# UNITA desapontada com ONU

A UNITA manifestou ontem o seu "desapontamento" pela resolução aprovada na terça-feira pelo Conselho de Segurança da ONU, que condena as recentes acções armadas do movimento de Jonas Savimbi e o responsabiliza pelo fracasso das negociações de Abidjan (ver pág. 12).

Num comunicado emitido pela sua missão junto das Nações Unidas em Nova Iorque, a UNITA nega a responsabilidade pelo fracasso das negociações, que, afirma, foram de facto "suspensas" pela representante especial do secretário-geral

para Angola, Margaret Anstee.

O representante da UNITA junto da ONU, Marcos Samondo, afirmou, no comunicado, que a condenação do seu partido reforçará a "intransigência do Governo" no processo negocial. Quisrou-se de que a resolução "ignora a campanha de limpeza étnica do Governo que ocorreu em Luanda e outras cidades" e declarou-se "chocado pelo silêncio da resolução do Conselho de Segurança quanto à anulação unilateral pelo MPLA do embargo de armas da Opção Triplo Zero".

PÚBLICO, 3.6.93

Quando ao ponto do desacordo, que levou ao fracasso das negociações em Abidjan, a UNITA reafirmou a sua posição de que não retirará as suas tropas das zonas que controla. "A UNITA não pode deixar as populações indefesas (...) com a sua retirada unilateral", explicou. Mas concluiu que continua "empenhada numa solução negociada do conflito".

O secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, propôs o nome de Alioum Blondin Beye para substituir Margaret Anstee nas

funções de seu enviado especial para Angola. Blondin Beye, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali e actual secretário do Banco de Desenvolvimento Africano, na Costa do Marfim, manifestou já ao secretário-geral a sua disponibilidade para o cargo e os representantes em Nova Iorque do Governo angolano e da UNITA foram já informados da proposta. Se as direcções do MPLA e da UNITA estiverem de acordo quanto à nomeação de Blondin Beye, Butros-Ghali apresentará o seu nome para aprovação no Conselho de Segurança, a 26 deste mês. ■

Paulo Moura, em Nova Iorque

# Normalização Luanda-Pretória

A ÁFRICA DO SUL e Angola vão, provavelmente, promover já na sexta-feira os seus representantes diplomáticos nas respectivas capitais ao nível de embaixador. Segundo fontes em Pretória, o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof "Pik" Botha, vai encontrar-se com os seus homólogos de Angola e da Namíbia, Venâncio de Moura e Theo Ben Gurirab respectivamente, em Windhoek, na sexta-feira. Botha terá também uma reunião com o Presi-

dente namibiano, Sam Nujoma.

As conversações serão realizadas em base informal entre delegações dos três países, com o objectivo de normalizar a situação vigente na África Austral.

Depois da assinatura dos Acordos de Bicesse, as relações entre Pretória e Luanda melhoraram sensivelmente. Dezenas de empresários sul-africanos visitaram Angola para vender produtos manufacturados e comprar petróleo. Após o reacender dos conflitos, em

Outubro, o MPLA acusou o exército sul-africano de ter ajudado as forças da UNITA.

Oferecendo apoio moral aos seus aliados em Luanda, o Governo da SWAPO em Windhoek confirmou que aviões sul-africanos violavam o espaço aéreo da Namíbia, fazendo voos não registados entre Pretória e bases da UNITA em Angola. Por motivos de segurança, o quadro de pessoal da missão sul-africana em Luanda teve de abandonar a capital angolana e só voltou

a ocupar a missão no mês passado.

A agenda para as conversações tripartidas inclui a avaliação da situação política na região; da situação de segurança (violações do espaço aéreo, mercenários, movimento clandestino de armas e contrabando de diamantes); fortalecimento do papel da Unavem III; e assistência humanitária em Angola.

Na segunda-feira, os voos comerciais da companhia aérea sul-africana, SAA, interrompidos por causa das tensões entre Luanda e Pretória, serão reiniciados entre o aeroporto de Jan Smuts, em Joanesburgo e Luanda. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

# UNITA diz controlar 80% do território

O SECRETÁRIO DA UNITA para a Informação, Jorge Valentim, disse ontem ao PÚBLICO, em Bruxelas, que o seu partido está a controlar quase 80 por cento do território de Angola, "não tem nenhuma política contra as companhias petrolíferas" e deseja que as mesmas continuem ali a operar, "seja com que jurisdição for".

Valentim, chefe da equipa negocial que em Abril e Maio esteve em Abidjan, declarou também — num contacto telefónico — que vai dentro de três dias à Alemanha e segue daí para outros países europeus, como a Itália e a França, a fim de que se faça

PÚBLICO, 3.6.93

"uma análise mais rigorosa do que aquela que até hoje tem sido feita da situação em Angola". E que está pronto para resolver o conflito pela via pacífica, mas que deseja que a próxima ronda negocial seja "mais bem preparada".

No seu entender, existiu um plano de Luanda para liquidar a UNITA datado de 15 de Maio, quando se estava a negociar, mas devido a "grande desinformação" o grupo liderado por Jonas Savimbi é que ficou como responsável do malogro das conversações realizadas durante 40 dias na Costa do Marfim.

Admitiu que a delegação por

ele chefiada (e de que fazem parte o secretário-geral do partido, Eugénio Manuvakola, e o embaixador Lucas Gato) "terá que passar por Lisboa, metrópole sentimental", durante a presente viagem, mas que ainda não há uma data para isso. E observou esperar que "as organizações humanitárias cessem de utilizar a comida como arma política".

Jorge Valentim, que chegara do Huambo para uma "paragem técnica" em Bruxelas, não deseja comentar a indigitação do maliano Blonda Beye para substituto de Margaret Anstee, alegando que o seu partido ainda não foi oficialmente informado pelo secretário-geral das Nações Unidas

## Desastre ecológico

A ministra angolana dos Petróleos, Albina Assis, disse ontem à agência Lusa que o incêndio

que se registou no reservatório petrolífero de Kifunquene, na região do Soyo, Noroeste do país, "pode causar um desastre ecológico". Segundo ela, um ataque da UNITA colocou em causa o armazenamento de aproximadamente 800 mil barris, pois as explosões verificadas provocaram o derrame de combustível no mar. Mas Valentim desmentiu que o seu partido houvesse sido responsável pela situação.

O prejuízo é de centenas de milhões de dólares, lesando não só o Estado angolano mas, também, as companhias Texaco (norte-americana) e Petrofina (belga). A Força Aérea já hoje deslocar para o Soyo dois aparelhos com equipamento de combate a incêndios, mas uma fonte do sector declarou ontem mesmo, à agência Reuter, que o fogo verificado em dois grandes tanques de armazenamento já se extinguiu por si próprio. ■ J.M.

retornados de países vizinhos.

## Substituto de Anstee

No decorrer dos trabalhos de Genebra, a representante especial de Butros-Ghali anunciou que no fim deste mês será substituída em tão espinhoso cargo por um antigo ministro maliano dos Negócios Estrangeiros, Blonda Beye, actualmente alto funcionário do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

# Cessar-fogo é imperioso

A DELEGAÇÃO portuguesa à Conferência de Doadores que ontem decorreu em Genebra, convocada pelas Nações Unidas, disse que "o restabelecimento do cessar-fogo e um cessar- imediato de todas as hostilidades em Angola é imperioso".

Os delegados portugueses à reunião, presidida pela representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para a questão angolana, Margaret Anstee, pediram às autoridades

de Luanda e à UNITA que continuem as negociações "que conduzam à unidade nacional e à reconciliação".

Na conferência de Genebra, que lançou um "Apelo de Ajuda de Emergência a Angola", no valor de 226 milhões de dólares, para os próximos 10 meses, Portugal disse participar com um milhão desses mesmos dólares, independentemente de manter a sua cooperação bilateral (em sectores tais como a saúde e a

educação).

Quando aos Estados Unidos, que contribuíram ontem com 12,9 milhões de dólares em alimentos anteriormente programados para Angola, deram no total 27,6 milhões de dólares. E exigiram aos beligerantes condições de segurança para o pessoal e os equipamentos das agências humanitárias envolvidas no esforço de auxílio a quase dois milhões de cidadãos refugiados, deslocados devido à guerra ou recentemente

PÚBLICO, 4.6.93

Continua na pág. 8

Angola em guerra

PÚBLICO, 5.6.93

# Quase duzentos mil a caminho da morte

PERTO de duzentos mil angolanos vão morrer de fome e de doença até ao fim deste ano, enquanto o país continua dilacerado pelo conflito entre o MPLA e a UNITA, ninguém sabendo ainda dizer quando é que haverá cessar-fogo. Apesar de todas as tentativas para a paz na região, como as que ontem passaram pela Namíbia.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura, da África do Sul, Roelof "Pik" Botha, e da Namíbia, Theo-Ben Gurirab, reuniram-se em Windhoek e declararam ser imperioso assegurar a paz em toda a África Austral. Mas das palavras aos actos vai uma grande distância e ninguém consegue convencer a UNITA a aceitar um papel secundário, ela que diz mover-se à vontade em quase 80 por cento do território angolano.

"O povo está farto de guerras, destruição e sofrimento" — afirmou o anfitrião, enquanto Botha se oferecia para mediar entre Luanda e o partido de Jonas Savimbi e admitia para breve uma cimeira entre os presidentes José Eduardo dos Santos e Frederik de Klerk, para a completa normalização das relações entre Angola e a África do Sul.

Pretória reabriu o mês pas-

sado o seu escritório em Luanda e os respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros trataram ontem do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, mas até ao princípio da noite ainda não fora feita uma comunicação oficial nesse sentido.

O Governo sul-africano, que durante mais de 15 anos simpatizou activamente com a causa da UNITA, garantiu agora total apoio a todos os esforços que se fizerem para a paz em Angola, tendo dito que houve erro na escassez de pessoal que as Nações Unidas colocaram o ano passado naquele país; e erro, também, na demora de Savimbi em deixar a Jamba e se ir instalar em Luanda.

"De um ponto de vista histórico, somos o mesmo povo (de Cabinda ao Transvaal); pessoas condenadas a viver em conjunto" — considerou Venâncio de Moura, cuja embaixada em Windhoek solicitara a Gurirab que organizasse a reunião com "Pik" Botha, significativa de um novo estado de espírito existente na África Austral, depois de a Namíbia se ter tornado independente, de Luanda se ter desembaraçado da sua carga marxista e de Pretória haver enterrado o apartheid.

Ainda no segundo semestre do ano passado, Botha chegou a ser considerado persona non gra-

ta pelo MPLA, quando — também então — se ofereceu para mediar e foi por várias vezes a Luanda e ao Huambo, na sequência das eleições cujo resultado Jonas Savimbi teve dificuldade em aceitar. Mas agora, entalados em termos militares, os homens de José Eduardo dos Santos esperam que consiga convencer o "Galo Negro" a negociar uma solução de compromisso.

O regime do Presidente Sam Nujoma deu a entender que poderá oferecer o seu território para eventuais encontros entre o Governo luandense e a UNITA, mas ainda há alguns dias era por esta acusado de ter enviado tro-

pas para a província angolana do Cunene, no Sul do país, a fim de reforçar as hostes do MPLA.

Na verdade, Angola — onde todas as semanas morrem sete mil pessoas devido à fome e a doenças sem assistência — vai perdendo dia a dia a sua identidade como Estado; e em Genebra, a representante especial da ONU, Margaret Anstee, admitiu na quinta-feira "uma intervenção humanitária armada do tipo da lançada na Somália", onde os senhores da guerra impediam o socorro a populações moribundas. ■

Jorge Heitor, com Tony Figueira, em Windhoek

## Luanda quer Portugal no comando da ONU

PÚBLICO, 5.6.93

HÁ UM MANIFESTO interesse do Governo de Angola em que seja Portugal a comandar a força internacional que as Nações Unidas poderão enviar para aquele país logo que ali cessem as hostilidades — disse ontem ao PÚBLICO fonte do Ministério da Defesa, em Lisboa.

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, está presentemente em Portugal a fim de pedir um maior empenhamento da antiga potência colonial na cooperação técnico-militar com aquela antiga "província ultramarina". E, também, para abordar a possível constituição de uma força de "capacetes azuis" — alegou a mesma fonte.

No entanto, a decisão de escolher o comando da força internacional de manutenção da paz não passa pelo Governo de Angola, sendo da responsabilidade directa do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, com base em resolução do Conselho de Segurança. E, pela mesma ordem de razões, não é Portugal que decide se vai ou não dirigir os "capacetes azuis".

O que está confirmado, ao nível oficial, é a consulta já feita pela ONU a Portugal quanto à disponibilização de uma força de interposição. Consulta a que Portugal respondeu favoravelmente. Se a força se constituir, Portugal tem preparados dois batalhões de pára-quedistas. O efectivo de 2500 homens que Portugal pode disponibilizar tem que ser constituído por voluntários e contratados e isso só é possível nas unidades de elite: "pá-

ras", comandos e fuzileiros.

O general João de Matos, nas declarações públicas que tem feito em Lisboa, limitou-se a dizer que "espera de Portugal que a cooperação técnico-militar aumente, a todos os níveis". É a fonte consultada no Ministério da Defesa Nacional (MDN) confirmou só que Portugal vai aumentar os níveis de cooperação, "na formação de quadros militares e quadros técnicos" e na estruturação de um sistema logístico. Tod'os estes propósitos terão que respeitar as resoluções da ONU. Quer dizer que a antiga metrópole só mandará soldados operacionais para Angola em função das resoluções do Conselho de Segurança, além da condição nuclear que é a aceitação pelas partes em guerra de um acordo de cessar-fogo.

Impossível foi obter confirmação sobre a alegada diligência de João de Matos para Portugal interceder a favor do Governo angolano no sentido de ser levantado o embargo de venda de armas a Luanda. "Portugal não é, neste momento, a fonte ideal para resolver esse tipo de problemas logísticos", foi a resposta dada por fonte do MDN.

Um facto, porém, é a África de língua oficial portuguesa estar incluída no principal núcleo de prioridades das opções estratégicas de Defesa, debatido ontem na Assembleia da República. Opções que indicam a disponibilidade de Portugal para participar em acções militares "fora de área" (território nacional), desde que em função de paz e sob selo da Organização das Nações Unidas. ■

César Camacho

Continuação da pág. 7

### Cessar-fogo é imperioso

"As esperanças e expectativas criadas pela assinatura dos Acordos de Bicesse e pelas eleições livres e imparciais foram destruídas desde que a UNITA se recusou a aceitar os resultados e as hostilidades foram de novo desencadeadas, numa escala nunca atingida" — sublinhou ontem a delegação de Portugal, de que fazia parte Américo Ferreira, do gabinete do Secretário de Estado da Cooperação, Bricosa e Gala.

"Não percebemos e consideramos totalmente inaceitável que as partes envolvidas estabeleçam pré-condições para a distribuição de auxílio de emergência às populações necessitadas, independentemente de quem controla as áreas em que essas populações se encontram" — disseram também os portugueses, acerca das dificuldades do auxílio humanitário a Angola.

Por seu turno, a África do Sul, que durante muitos anos apoiou Jonas Savimbi, pediu que a UNITA não destruísse mais

infra-estruturas económicas angolanas; e afirmou que "os Acordos de Bicesse continuam a ser o único quadro significativo" para restaurar a paz em Angola.

O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, encontra-se hoje em Windhoek, capital da Namíbia, a conferenciar com o seu homólogo angolano, Venâncio de Moura, sendo de admitir que tratem do próximo estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, que durante muitos anos seguiram políticas bem diversas.

Entretanto, em Lisboa, a convite das autoridades militares, está o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), general João de Matos, acompanhado por cinco dos seus oficiais generais.

Em Luanda, a comissão parlamentar de direitos humanos constatou ontem a existência de 80 presos, com doenças de pele, que não estão a receber assistência médica. ■ J.H.

# Angola conta espingardas

EXPRESSO, 5.6.93

## ■ Às armas

MISSÕES militares angolanas deslocaram-se a Windhoek, na Namíbia, e a Lisboa, à procura de apoio para a formação e equipamento das Forças Armadas Angolanas (FAA). Na Namíbia reuniram-se os responsáveis diplomáticos angolano e sul-africano, Venâncio de Moura e «Pik» Botha. A delegação militar que se deslocou a Lisboa foi chefiada pelo CEMFAA, general João de Matos.

A falta do material de guerra e de dinheiro para o obter está a condicionar a acção do Exército governamental, fortemente afectado pelo «desastre» do Soyo e pelas baixas sofridas na tentativa de reocupação da cidade de N'Dalatando. Tudo isto numa altura em que a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) reivindicou a autoria de um ataque na quarta-feira passada, aconselhando todos os estrangeiros a abandonar imediatamente o enclave.

O encontro de Windhoek entre Venâncio de Moura e Pik Botha, organizado pelo Governo da Namíbia, tinha ainda como objectivo uma reaproximação entre Luanda e Pretória, com vista a acelerar o reconhecimento do Governo de Angola pela África do Sul.

É pouco provável que Pretória aceda já aos pedidos de Luanda, mas fontes diplomáticas ocidentais admitem uma «flexibilização» das posições sul-africanas, por motivos internos e em consequência do isolamento internacional da UNITA. Luanda estaria disposta a conceder maiores facilidades comerciais a investidores sul-africanos.

O pacote de propostas levado por Venâncio de Moura a Windhoek incluía a possibilidade do Governo sul-africano bloquear a actividade das empresas privadas que dão apoio logístico e financeiro à UNITA, o que seria compensado com a abertura à participação do grupo sul-africano Engen na exploração do «off-shore» de Cabinda, às actividades em Angola da LTA, um dos gigantes da área de construção civil, e a reposição do monopólio da De Beers na comercialização da produção diamantífera da zona das Lundas.

O recomeço de ligações aéreas entre Luanda e Pretória na próxima semana é o primeiro sinal de relançamento das relações entre os dois países. Ameaçado de asfixia militar e económica, o Governo de Luanda procura obter dividendos políticos e diplomáticos para fazer frente à dramática deterioração da situação económica e tranquilizar a opinião pública.

O clima de tensão aumentou esta semana em consequência do brutal atentado perpetrado na província da Huíla pelos homens de Savimbi contra um comboio de passageiros, que vitimou mais de 200 pessoas, algumas das quais foram mortas a tiro quando fugiam dos destroços das carruagens, e em consequência da sabotagem do terminal de Kifunquena, no Soyo, que foi incendiado, provocando prejuízos avaliados em mais de 360 milhões de dólares, incluindo custos de reconstrução.

Gustavo Costa  
correspondente em LUANDA

O pior, segundo a mesma fonte, é que se voltam a repetir «os erros que provocaram o fracasso de Addis-Abeba e Abidjan», ao condicionarem-se a duração e o objecto da próxima ronda de negociações, «quando deveria ser claro para todos que a UNITA não aceitará nunca uma solução imposta por quem quer que seja», não admitindo «negociar sob pressão».

Os mediadores estimam, pelo contrário, que a situação ficou clarificada e procuram acelerar o reinício do diálogo.

Estão em curso intensos contactos entre os observadores e a Costa de Marfim para marcar a data da reunião: o embaixador de Portugal em Abidjan foi chamado de urgência a Lisboa e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa de Marfim poderá deslocar-se a Portugal nos próximos dias. «A UNITA deve dizer, de uma vez por todas, se quer a paz ou a guerra», disse uma fonte diplomática portuguesa.

Na resolução aprovada terça-feira, o CS da ONU «condena» a UNITA por ter «violado» os Acordos de Bicesse e se ter recusado a assinar o «Protocolo de Abidjan» e «congratula-se» pela abertura manifestada pelo Governo de Luanda.

OCS rejeitou ainda a pretensão da UNITA de negociar o cessar-fogo «com base na situação no terreno», exigiu a sua retirada imediata das posições ocupadas militarmente e negou o seu pedido de envio de uma força de interposição para separar os beligerantes.

Pelo contrário, o papel é dos efectivos da missão da ONU em Angola (Unavem II), cujo mandato foi prorrogado até 15 de Julho, foram drasticamente reduzidos. A Unavem II tem a partir de agora como única missão a preparação e coordenação das futuras negociações e a implementação de um vasto programa de ajuda humanitária. A ONU só voltará a intervir em Angola se e quando houver «progressos significativos» no processo de paz.

A substituição da britânica Margaret Anstee pelo maliano Blondin M'Beye no cargo de representante do secretário-geral da ONU em Angola é uma pequena satisfação concedida por Butros-Butros Gali à UNITA (que vetou a nomeação de um brasileiro ou de um português) mas foi suficiente para acalmar os homens de Savimbi.

Os mais «duros» afirmam em privado que só voltarão a Abidjan quando «a UNITA controlar 85 por cento do território angolano», conforme disse uma fonte do movimento, que adiantou que Luanda será então obrigada a negociar «a sério», com ou sem o apoio dos observadores.

E, para provar que não se trata de uma ameaça vã, note-se que a publicação do comunicado do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA (de 31 de Maio), em que esta se declara «pronta para regressar a Abidjan», coincidiu com atentados e ataques destinados a semear o pânico entre a população e as empresas estrangeiras que operam em Angola (ver texto nesta página).

## EUA avisam UNITA

Pela primeira vez, interesses americanos foram directamente afectados no Soyo apesar das advertências de Washington.

«Não sabem com quem estão a brincar», disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática americana em Luanda, ao mesmo tempo que a UNITA iniciava uma ofensiva diplomática para se explicar.

Uma delegação chefiada por Fátima Roque partiu esta semana para os Estados Unidos enquanto outra, encabeçada por Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola, iniciou em Bona uma digressão pelas principais capitais europeias.

A comunidade internacional parece disposta a fazer algo para aliviar a tragédia angolana, a julgar pela resposta ao apelo da ONU para angariar 226 milhões de dólares para financiar o seu plano de ajuda de emergência para Angola. A «conferência de doadores» reunida quinta-feira em Genebra já angariou 70 milhões (EUA, Suécia, Reino Unido e Portugal foram os primeiros a contribuir) mas Margaret Anstee, que presidiu à reunião, queria mais: corredores humanitários, como na Bósnia, e cobertura militar para distribuir as ajudas, como na Somália.

«As condenações verbais não acompanhadas de medidas concretas não bastam para pôr fim ao conflito», disse por seu lado uma fonte da Presidência angolana.

Nicole Guardlola

## ■ UNITA contra todos

«DESAPONTAMENTO» é a palavra mais utilizada pelos dirigentes da UNITA quando comentam a última resolução do Conselho de Segurança (CS) da ONU. E estão convencidos de que a posição da «troika» — que reunirá terça-feira, em Washington — constituída pelos responsáveis da política africana dos Estados Unidos, Rússia e Portugal será «ainda pior».

Segundo a UNITA, ao tomar o partido de Luanda, a comunidade internacional cedeu às pressões dos observadores, nomeadamente de Portugal.

O delegado do movimento de Savimbi em Londres, Isafas Samakuva, disse ao EXPRESSO que as Nações Unidas deveriam ser «um palco para resolver os problemas e não um tribunal, que ainda por cima julga mal».



Angola aguarda auxílio humanitário

## Cruz Vermelha chegou ao Huambo

PÚBLICO, 6.6.93

A CRUZ VERMELHA Internacional já tem desde ontem à tarde quatro funcionários no Huambo, a fim de preparar um plano de ajuda alimentar a populações altamente carenciadas, entre as quais se contam algumas centenas de cidadãos portugueses. É possível que dentro de dias possa ser lançada uma ponte aérea entre "as duas capitais" de Angola.

A cidade do Huambo, que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa, está desde Março em poder da UNITA e por isso o Governo de Luanda dificulta a ida para lá de quaisquer organizações humanitárias, alegando falta de segurança. Mas agora mudou de opinião e diz garantir a segurança do pessoal da ONU e de outras instituições que desejem manter uma ponte de socorro ao Planalto Central.

Um dos elementos do escritório daquele partido em Lisboa, Isaac Wambambe, declarou ontem ao PÚBLICO que existe

"luz verde" para a retirada dos portugueses que queiram sair do Huambo, desde que o Governo angolano não levante novos obstáculos à operação.

De madrugada, outro quadro da UNITA, Carlos Morgado, entrevistado pela televisão portuguesa, queixara-se de Luanda não permitir ajuda humanitária a ninguém enquanto não houvesse cessar-fogo. E no dia 3 Portugal considerara totalmente inaceitável que as partes em conflito estabelecessem condições para a distribuição de auxílio de emergência a alguns milhões de angolanos em situação precária (cerca de duzentos mil dos quais poderão muito bem morrer até ao fim do ano, devido a fome e a ausência de assistência médica e medicamentosa).

Morgado foi ontem para os Estados Unidos, onde amanhã se lhe junta mais um elemento da UNITA de origem portuguesa, Fátima Roque, a fim de ambos tentarem explicar em Washington e em Nova Iorque quais as posições do seu partido e procurarem combater a tendência para o isolamento a que o mesmo parece condenado.

Entretanto, em Lisboa, uma chamada Comissão Lu-

so-Angolana para a Libertação dos Presos Políticos de Luanda disse em comunicado que "o MPLA acaba de agravar a situação de milhares de presos, ao transferir mais de mil detidos da cadeia de Cate para a localidade de Viana, nos arredores da capital". Pois que, segundo ela, no novo local não existem condições de espécie alguma para a sobrevivência de tanta gente.

Por outro lado, sexta-feira à noite, em Windhoek, capital da Namíbia, o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, foi convidado pelo seu homólogo angolano, Venâncio de Moura, a deslocar-se a Luanda numa data a combinar, a fim de que se confirme a reconciliação e a cooperação entre dois países que durante mais de 17 anos militaram em campos opostos.

Reunidos sob os auspícios do seu colega namibiano, Theobald Gurirab, os ministros da África do Sul e de Angola juraram que iriam esquecer o passado e "construir um futuro pacífico" para os seus povos.

Botha, que ainda no fim do ano passado era "persona non grata" em Luanda, e que em tempos não muito distantes parecia ter relações cordiais com Savimbi, garantiu que "nos últimos cinco meses" não tem mantido qual-

quer espécie de contacto com o líder da UNITA. Mas admitiu que ele o tente procurar nos próximos dias, pois que está perfeitamente disponível para servir de mediador entre os angolanos.

O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, que parece ter grandes ambições quanto ao papel a desempenhar por Pretória no conjunto da África, "explicou" aos seus pares de Angola e da Namíbia que os países da região podem muito bem viver sem a Europa e as super-potências, bastando para isso que apostem na cooperação regional e no desenvolvimento económico conjunto.

Para além de implicitamente ter pedido a Luanda e a Windhoek que acreditem na nova sinceridade e boa vizinhança da África do Sul, "Pik" Botha — o homem que há mais anos ocupa em todo o mundo a pasta dos Negócios Estrangeiros — concordou com Venâncio de Moura em que a paz angolana se deve basear nos Acordos de Bicesse e nas resoluções entretanto tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU. ■

Jorge Heltor  
com Tony Figueira, em Windhoek

## Angola "quer tudo" de Portugal

PÚBLICO, 6.6.93

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, declarou ontem à agência Lusa que o seu país "quer tudo" de Portugal, no campo da formação militar, incluindo o envio de "uma centena ou mais" de portugueses que ajudem a formar as novas unidades.

Da Grã-Bretanha espera formação no campo das transmissões e logística; e da França a preparação de unidades de defesa de plataformas petrolíferas. Mas de Portugal quer quadros, "em princípio no activo", para formar comandos, pára-quedistas, unidades especiais de desembarque, a defesa antiaérea e outras tropas.

João de Matos reconheceu que a situação militar em Angola é crítica, "mas não desesperante", pelo que as suas Forças Armadas querem tanto o envio de formadores como a frequência de academias militares em Portugal.

Sem querer especificar o efectivo dos seus homens, face aos 40 a 60 mil que atribui ao partido de Jonas Savimbi, disse apenas à Lusa que "o Exército angolano poderá defender o poder, não permitindo que a UNITA o tome pela força, e fazer umas coisas giras de vez em quando". Referência aparente a uma ou outra contra-ofensiva que ocasionalmente se tem verificado, enquanto a parte contrária tenta garantir o controlo de 80 por cento do território, de modo a ter mais trunfos à mesa das negociações, quando as mesmas vierem a ser retomadas.

Matos considerou "demagógica" uma oferta de formação militar feita a Luanda pela África do Sul e acusou Pretória de manter apoio à UNITA, via Zaire. Posição claramente contrastante com o clima de entendimento a que na véspera haviam chegado em Windhoek os ministros angolano e sul-africano dos Negócios Estrangeiros (ver pág. 20). O general — que admite a hipótese de a UNITA vir a ocupar novas cidades e objectivos militares — disse encarar com "espírito desportivo" a guerra e os esforços fracassados para a paz: "Nunca levamos muito a sério, senão enlouquecemos todos." ■

## Luanda e Pretória trocam embaixadas

PÚBLICO, 7.6.93

DE FORMA discreta, Angola e a África do Sul anunciaram ontem a intenção de elevar ao nível de embaixada as suas representações em Luanda e em Pretória, respectivamente; o que na prática significa o reconhecimento de cada um dos governos pelo outro, após 17 anos de animosidade.

A África do Sul seguiu assim, sem fanfarras, a atitude que no mês passado fora tomada pelos Estados Unidos, ao reconhecer as autoridades de Angola. E deixou cair, pelo menos oficialmente, a sua antiga simpatia pela UNITA, que era vista até há uns oito meses como movimento anticomunista empenhado no triunfo dos valores democráticos.

A criação de uma embaixada angolana em Pretória e de uma representação diplomática sul-africana do mesmo nível em Luanda foi decidida quando, na sexta-feira, os ministros dos Negócios Estrangeiros de um e outro lado, respectiva-

mente Venâncio de Moura e Roelof "Pik" Botha, conferenciaram em Windhoek, capital da Namíbia.

Perante estas notícias, a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora da UNITA, com estúdios na Jamba, comentou que "a nova diplomacia do senhor Botha é muito ambígua". Mas ambígua, também, é a atitude de Luanda, pois — enquanto Venâncio de Moura abre os braços ao seu homólogo de Pretória — o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General João de Matos, diz em Lisboa (ao "Diário de Notícias" e à Lusa) que se tem mantido o apoio militar sul-africano ao partido de Savimbi e que não é "só de certos sectores".

Ontem, na Praça de São Pedro, em Roma, o Papa "suplicou aos responsáveis da tragédia" angolana que "abram caminho à solidariedade nacional e internacional", acabando com uma "guerra absurda." ■



## I Feira Internacional da Praia

# Empresários em Cabo Verde

EXPRESSO, 5.6.93

A EMPREENDIMENTOS Turísticos, Lda, uma sociedade portuguesa liderada pelo empresário Custódio Ramos, vai construir uma unidade hoteleira em Cabo Verde, na ilha de Santiago. O hotel — um dos poucos projectos nacionais aprovados no último biénio pelo Governo de Cabo Verde — ficará localizado na zona da Prainha, estando neste momento a decorrer a selecção da empresa responsável pela obra.

Entre os investimentos portugueses aprovados pelas autoridades cabo-verdianas contam-se a CVC-Construções de Cabo Verde, em cujo capital a Somague participará a 40 por cento, a Britex, uma empresa de produção de brita, da qual os portugueses da Guilherme Varino & Filhos vão deter uma quota de 55 por cento, a Vivac, para a produção de vinhos, em que a Camilo Alves participa a 33 por cento, e a Terra Verde, uma sociedade que se dedicará à manutenção de máquinas e equipamentos, com 80 por cento de capital de origem nacional.

Mas os interesses dos empresários portugueses em Cabo Verde não ficam por aqui. Já deram entrada no PROMEX-Centro de Promoção do Investimento e das Exportações de Cabo Verde os projectos da Ivo-hotéis (construção de um hotel na ilha do Sal), da Civerde (investimento da Secil e da Cimpor para a

construção de uma cimenteira na ilha de Santo Antão), das fábricas de calçado ACO e Fiasil, cujas unidades serão construídas em São Vicente e da Benal, e de uma empresa que deseja arrancar com a construção de uma fábrica de leite de soja e derivados na cidade da Praia.

Todos estes projectos constituem, sem dúvida, uma parte da carteira de investimentos externa de 75 milhões de dólares — cerca de 11 milhões de contos — que o PROMEX espera venham a ser canalizados durante este ano para Cabo Verde.

### Privatizações por «leasing»

O investimento português no arquipélago de Cabo Verde poderá ser incrementado quer a partir da criação de novas empresas quer através da participação nas operações de privatização anunciadas, particularmente pela via do estabelecimento de «joint ventures».

A I Feira Internacional de Cabo Verde e a missão empresarial que a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e o Governo cabo-verdiano promovem, de 19 a 27 do corrente mês, que tem por objectivo reforçar o protagonismo dos empresários portugueses naquele país, poderão ser fundamentais para esse incremento. Elementos fornecidos pela

AIP indicam que estão inscritas na feira mais de quarenta empresas nacionais, estando representados com especial relevo os sectores da metalomecânica, mobiliário, turismo, telecomunicações, produtos alimentares e informática.

A missão empresarial terá como vantagem adicional permitir o tratamento individualizado dos projectos e intenções de investimento das empresas participantes, estando prevista a realização de encontros de trabalho que permitam o seu desenvolvimento ou desbloqueamento.

No campo das privatizações, as autoridades cabo-verdianas adoptaram um sistema à imagem do que se está a fazer nalguns países do Leste europeu: o Governo vai propor a compra das empresas através do sistema «leasing», em contratos que poderão ter a duração de cinquenta anos. Esta foi a fórmula encontrada para contornar a lei que condiciona as privatizações.

Na fase inicial, as autoridades de Cabo Verde vão alienar as participações do Estado na Cabtur (turismo), Sita (tintas), Moave (moagens) e Macsobil (materiais de construção) e privatizar a Arcaverde (navegação), ANV (viagens), CTT, TACV, Justino Lopes (agroindústria), Enavi (agropecuária), Hotelmar (hotelaria) e Garantia (seguros).

Celso Filipe

## Veiga contorna crise

PÚBLICO, 6.6.93

TUDO PARECE indicar que o primeiro-ministro cabo-verdiano, Carlos Veiga, conseguiu contornar o pedido de demissão do ministro das Infra-Estruturas e dos Transportes, Teófilo Figueiredo (PÚBLICO de 31/5), restando-lhe ainda por resolver o caso do secretário de Estado da Marinha e dos Portos, António Maurício dos Santos, que poderá ser afastado desses sectores em troca de uma promoção a ministro adjunto.

A demissão de Figueiredo, por nós prevista na semana passada, foi desmentida dois dias depois pelo "Novo Jornal de Cabo Verde" — órgão oficial do Governo. Citando "fontes bem colocadas", afirmou serem "completamente falsas as informações" segundo as quais o ministro iria demitir-se.

Contactado pelo PÚBLICO, para confirmar ou desmentir os rumores da sua demissão, Figueiredo escusou-se a fazê-lo, alegando que "o momento

não era oportuno para qualquer comentário". E mais tarde, mais expansivo, afirmou-se ia disponível para continuar no Governo, desmentindo desentendimentos com Maurício dos Santos, os quais alegadamente teriam estado na origem da sua intenção de se demitir.

"Todo o relacionamento tem altos e baixos. Não há divergências profundas entre nós. Temos um programa político definido e é com base nele que trabalhamos" — explicou desta vez o ministro.

Aparentemente, tudo indica que Carlos Veiga conseguiu convencer o seu ministro a voltar atrás. Em primeiro lugar porque uma saída menos de três meses depois da última remodelação governamental não só afectaria a imagem do Governo como também prejudicaria o arranque dos projectos de infra-estruturação, coordenados por Figueiredo e financiados pelo Banco Mundial.

Para isso, segundo fonte

partidária, Veiga prometeu a Teófilo Figueiredo que não mais teria de trabalhar com Maurício dos Santos, sendo possível que este passe a ministro adjunto do primeiro-ministro.

O líder do Movimento para a Democracia (MPD) oscila aparentemente entre um ministro independente que lhe dá garantias de obter resultados palpáveis a nível das infra-estruturas e um membro da Comissão Política do seu partido com certo peso a nível da ilha de Santo Antão, onde nas eleições de 1991 foi infligida a mais pesada derrota ao PAICV.

Entretanto, Daniel Lobo, da ala minoritária do MPD, e elemento próximo do anterior ministro dos Estrangeiros, Jorge Fonseca, revelou que entregaria este fim de semana o seu pedido de suspensão da Comissão Política Nacional.

Aparentemente, trata-se de mais uma etapa no relacionamento entre a maioria e a minoria do partido que há dois anos e meio dirige Cabo Verde. ■

José Vicente Lopes  
na Cidade da Praia

FAÇA JÁ  
SUA ASSINATURA

LIGUE  
531-2000  
R. 259



# O general Barros

José Vicente Lopes

Cidade da Praia

PÚBLICO, 6.6.93

**O** cidadão português que, por um motivo ou outro, se deslocar a Cabo Verde não deixará certamente de se sentir em casa, sobretudo se puder vir à Cidade da Praia. Aqui, além de lugares aprazíveis como o Café Cachito ou a esplanada O Poeta — locais onde a elite praiense e os “cooperantes” se encontram para pôr a conversa em dia —, o visitante verá que um dos ex-libris da cidade é o miradouro onde se situa a estátua de Diogo Gomes

A Diogo Gomes é atribuída a descoberta das ilhas de Cabo Verde, facto nunca confirmado, não se sabendo ao certo quem foi o autor de tal proeza, se esse navegador ou o italiano António Noli, que, com Gomes, sulcou o Atlântico ao serviço do infante D. Henrique. Descobridor ou não destas ilhas, quando se deu a independência, foi ele quem passou por maus lençóis. A sua estátua foi removida no meio de uma algazarra popular e abandonada algures na cidade.

Se Diogo Gomes teve sérios problemas em 1975, com o actual regime não tem tido razões de queixa. Pelo contrário, viu-se envolvido na luta eleitoral que os dois partidos locais — o MpD e o PAICV — travaram entre si há três anos. Entre os males de que fora acusado o regime anterior, consta o de ter interdito, por razões de segurança — uma vez que nesta zona se situa a Presidência da República —, o acesso à Praça Diogo Gomes, onde outrora as crianças podiam brincar. Com a “mudança”, não só a praça foi reaberta, como a estátua do navegador recolocada, com honras, no antigo pedestal.

Ao continuar o seu périplo pela capital cabo-verdiana, o visitante português não deixará de encontrar outros tantos motivos para se sentir orgulhoso. Um deles é a actual toponímia da Praia, onde pontificam nomes de compatriotas ilustres, como Fontes Pereira de Melo ou Serpa Pinto, e de outros menos ilustres, como Alexandre de Albuquerque ou Machado Santos.

Mas a surpresa maior tê-la-á quando se dirigir ao Banco de Cabo Verde. Aqui, uma placa metálica, colocada numa das es-

quinas do edifício desta instituição, informá-lo-á de que a rua em questão se chama “Banco Nacional Ultramarino”.

Se o visitante for curioso, ficará a saber que uma das primeiras medidas da Câmara Municipal da Praia eleita há ano e meio foi devolver à capital cabo-verdiana os nomes de ruas e praças que tinha antes da independência, tarefa executada recentemente, por altura do Dia da Cidade — 19 de Maio.

Apenas foram poupadas a Avenida Amílcar Cabral e a Rua 5 de Julho, antes Sá da Bandeira e República, respectivamente. Se na Quinta do Lambert, em Lisboa, o fundador do PAIGC está ao lado de Agostinho Neto, aqui, na Praia, tem como companhia Saldanha Lobo, Pinheiro Chagas, etc.

A simbolizar a “vitória” daquilo que Amílcar Cabral combateu há a Rua Heróis de Mucaba, uma homenagem dos anos 60 a um grupo de portugueses que resistiu, em Angola, a um ataque de nacionalistas locais. Curiosamente, um dos protagonistas deste episódio da guerra colonial é um cabo-verdiano que se destacou por ter arrebatado a bandeira das cinco quinas das mãos de um “terrorista”, como se dizia então, tendo sido por isso recebido como herói por Salazar.

Ainda na parte velha da cidade, mais conhecida por “plateau”, em virtude de estar situada numa zona planáltica, o visitante irá deparar-se com a Rua General Barros, onde se situa o quartel Jaime Mota, combatente cabo-verdiano morto durante a luta pela independência.

Perguntei a um oficial das Forças Armadas quem foi o general Barros, e ele, displicentemente, respondeu: “Sei lá! Pergunte ao presidente da câmara, talvez ele saiba.”

Para evitar respostas do género, o jornalista cabo-verdiano André Moura, pachorrento sem igual e que, à maneira de Amílcar Cabral, gosta de se identificar como “um simples africano” ou então como “jornalista português”, defende a necessidade de as autoridades mandarem reintroduzir os antigos manuais de História de Portugal nas escolas cabo-verdianas.

É “urgente”, diz ele, “que as novas gerações saibam quem são os seus heróis”. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinado Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto; Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

